

MOVIMENTOS POPULARES NA LUTA PELA TERRA E MORADIA URBANA NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, PROJETOS COLABORATIVOS E ASSESSORIA TÉCNICA (SESSÃO LIVRE)

Rachel Coutinho Marques da Silva

PROURB/UFRJ e PPGARQ/PUC-Rio | rachelcc@acd.ufrj.br

Máira Machado Martins

PPGARQ/PUC-Rio | maira_martins@puc-rio.br

Resumo geral: A luta pela terra e moradia no Brasil, especialmente em áreas urbanas e rurais marginalizadas, se insere em um contexto global de intensificação da mercantilização do solo urbano e do avanço do neoliberalismo. O processo de expropriação e espoliação, aliado a uma forte segregação socioespacial, impõe desafios aos assentamentos de baixa renda, incluindo favelas, cortiços e ocupações urbanas e rurais. A realidade desses territórios é marcada pela insegurança fundiária e pela luta diária por direitos à moradia, enfrentando as ações especulativas do mercado imobiliário e a atuação de milícias, grileiros e empreendimentos irregulares.

A aplicação da Lei Federal nº 11.888/2008, conhecida como Lei da Assistência Técnica, que garante assistência pública e gratuita para famílias com renda de até três salários mínimos, ainda é limitada, embora a demanda por assessoria técnica em projetos de urbanização de favelas e melhorias habitacionais seja grande. O déficit habitacional no Brasil, que atinge milhões de pessoas, exige um esforço contínuo para implementar soluções habitacionais inclusivas e participativas. Contudo, a implementação de programas como o Minha Casa, Minha Vida tem sido criticada por gerar urbanização espraiada e não reduzir efetivamente o déficit habitacional, além de incentivar a especulação imobiliária que eleva os preços da terra. Nesse contexto, surge a necessidade de revisitar as práticas de assessoria técnica e os processos participativos para criar alternativas mais flexíveis e adequadas às dinâmicas contemporâneas de moradia.

O debate sobre Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e sua relação com movimentos sociais e organizações comunitárias é uma das questões centrais deste

cenário. Os grupos de assessoria técnica, que emergiram nas décadas de 1970 e 1980 com a influência de práticas de auto-gestão e cooperativas de habitação, têm sido fundamentais na promoção de soluções habitacionais através de processos colaborativos e metodologias participativas, muitas vezes em parceria com universidades. Esses grupos atuam como ativistas pela luta pelo direito à moradia, oferecendo assessoria técnica no desenvolvimento de projetos e na execução de obras, mas enfrentam desafios devido à escassez de recursos, à falta de apoio governamental e à complexidade dos processos urbanos e territoriais em que atuam.

Esta sessão livre pretende reunir experiências de participação comunitária em projetos colaborativos e de assessoria técnica em três cidades no Brasil e uma nos Estados Unidos. O objetivo é apresentar e comparar diferentes experiências de colaboração entre movimentos populares e planejadores urbanos. Os trabalhos apresentam semelhanças no que se refere à luta por moradia e a interseção entre movimentos sociais, assistência técnica e o planejamento urbano, e em relação ao contexto de resistência e luta por direitos, no qual se dá o trabalho de assessoria.

No Quilombo de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, a assessoria técnica para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, como o Centro Cultural e a Panificadora Quilombola, enfatiza a importância do processo participativo. A proposta incorpora a ancestralidade e a cultura local ao projeto arquitetônico, respeitando as práticas e saberes tradicionais da comunidade. O projeto foi desenvolvido a partir do diálogo constante entre a comunidade e as arquitetas, utilizando materiais locais e técnicas construtivas tradicionais, como o pau-a-pique. Este processo de coprodução, que considera os desejos da população e as características do território, não só gera soluções habitacionais adequadas, mas também fortalece a identidade comunitária e a luta pela autonomia.

O trabalho sobre o Indy Housing Project aborda a luta pela moradia por meio da resistência contra os despejos na cidade de Indianápolis, EUA, uma das cidades com maiores índices de despejos no país. O projeto busca empoderar inquilinos e moradores em situação de rua, fornecendo conhecimento, recursos e apoio à luta por moradia digna e acessível. Estratégias como oficinas de empoderamento e a disseminação de conhecimento de forma acessível têm sido eficazes na conscientização sobre a realidade dos despejos, embora o projeto também enfrente limitações na ampliação de suas ações em larga escala. As lições aprendidas no contexto dos despejos nos Estados Unidos podem contribuir para as lutas populares por moradia no Brasil, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social, como as favelas, onde a despossessão e a exclusão habitacional são igualmente questões prementes.

A luta pela moradia na Comunidade do Horto Florestal, no Rio de Janeiro, é marcada por um imbróglcio fundiário em terras da União, que começou há cerca de 40 anos. Formada ao longo de diferentes ciclos econômicos, a comunidade surgiu com o apoio do Jardim Botânico e das antigas fábricas têxteis da região. Na década de 1980, a União tentou retomar a posse das terras, alegando que eram públicas. Em 2018, o processo de remoção se intensificou, com

ações de reintegração de posse movidas pelo IPJB. Em 2021, a Associação de Moradores procurou apoio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, resultando no Projeto Horto – Regularização, Memória e Resistência, que envolve um processo colaborativo com a Universidade.

O projeto RAU+E/UFBA de assistência técnica para Habitação de Interesse Social, realizado pela Universidade Federal da Bahia, exemplifica a integração entre o ensino acadêmico e a prática comunitária. O projeto interage diretamente com movimentos sociais em Salvador e sua região metropolitana, utilizando metodologias de participação social e desenvolvimento de soluções técnicas que fortalecem a luta popular pela terra e pela moradia. O projeto revela as limitações da assessoria técnica, principalmente quando se depara com a violência cotidiana nos territórios, envolvendo grupos de milicianos e o tráfico de drogas, questões com as quais a assistência técnica tem dificuldade de interagir. Essa experiência aponta para repensar as estratégias de participação e engajamento, considerando a complexidade e a violência estrutural dos territórios populares.

Espera-se que a sessão possa estimular a reflexão sobre: a) as formas de resistência e organização dos movimentos populares face ao avanço de processos de remoções forçadas, pressão imobiliária e conflitos territoriais; b) as estratégias dos grupos marginalizados para enfrentar a opressão e a disputa por terra e moradia; c) o papel da assessoria técnica e dos processos participativos no empoderamento das comunidades por meio de práticas de colaboração. Transversalmente pretende-se abordar temas com autogestão, emancipação e identidade comunitária, bem como explorar os modos de morar e ocupar os espaços do cotidiano.

TECENDO SONHOS EM TERRA ANCESTRAL: ARQUITETURA E COMUNIDADE NO QUILOMBO DE SANTA ROSA DOS PRETOS

Kaya Lazarini

FAU/USP e USINA/CTAH | kayalazarini@gmail.com

O trabalho apresenta a experiência de assessoria técnica para a concepção de dois projetos arquitetônicos – o Centro Cultural Quilombola e a Panificadora e Estamparia Comunitária Quilombola – em parceria com a comunidade do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, localizado no Município de Itapecuru-Mirim, Maranhão. Essa iniciativa insere-se no contexto da luta por direitos fundamentais em territórios historicamente marcados pela resistência contracolonial e pela construção de autonomia.

A proposta fundamenta-se no processo participativo de projeto arquitetônico, que objetiva romper com a lógica convencional do projeto autoral e é construído a partir do diálogo entre arquitetas e comunidade em todas as etapas do processo. Para a construção do projeto do Centro Cultural, o ponto de partida foi o desenho realizado pela liderança quilombola Anacleta Pires, na qual foram debatidos coletivamente o programa arquitetônico, as premissas projetuais e os materiais disponíveis para a execução da obra. Nas atividades seguintes,

papéis coloridos simbolizavam os distintos usos do Centro Cultural, e eram experimentados e dispostos no terreno de maneira a preservar as árvores existentes, garantir espaços de respiro, entre cheios e vazios, e respeitar e valorizar a espiritualidade. No caso da Panificadora, inicialmente os jovens envolvidos buscaram as referências arquitetônicas que gostariam de trazer ao projeto no próprio quilombo, tanto de construções existentes como de materiais e técnicas construtivas. Em seguida, também debatemos o programa arquitetônico, e igualmente com papéis coloridos diferenciando os usos, foram experimentadas diversas formas e disposições dos espaços no terreno. Essa abordagem garantiu a conexão entre o território, os desejos da população e a materialidade das construções, potencializando as ideias originais para os projetos e garantindo a apropriação dos espaços por parte do grupo envolvido.

Após as atividades do processo participativo, as arquitetas da assessoria técnica realizam os desenhos técnicos baseados nos princípios da modulação e buscando uma harmonia entre os dois projetos, de acordo com a técnica construtiva do pau-a-pique, conhecida no quilombo e cujo principal material é a terra. O Centro Cultural e a Panificadora não são apenas infraestruturas físicas, mas símbolos da luta pela reprodução do habitat e pela valorização das práticas e saberes ancestrais do quilombo. Assim, a terra e a ancestralidade, elementos centrais da vida quilombola, foram incorporados ao projeto como referências fundamentais, reafirmando o protagonismo da comunidade e o fortalecimento de sua identidade.

CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS: O INDY HOUSING PROJECT E A LUTA POR MORADIA EM INDIANÁPOLIS

Patricia Basile

Universidade de Indiana, Bloomington | pdetoled@iu.edu

Milhões de processos de despejo ocorrem anualmente nos Estados Unidos, resultando no deslocamento de centenas de milhares de inquilinos. Indianápolis, localizada no estado de Indiana, é uma das cidades com os maiores índices de despejos no país. Nos Estados Unidos, o despejo é um processo legal utilizado pelos proprietários para forçar inquilinos a deixarem suas residências, geralmente motivado pelo não cumprimento dos termos contratuais estabelecidos, como atrasos no pagamento do aluguel.

Essa realidade reflete a histórica ausência de políticas públicas que protejam os inquilinos, favorecendo a posição dos proprietários e perpetuando a despossessão sistemática dos moradores. Para os inquilinos, o despejo vai além de um simples processo legal; é uma experiência devastadora, com profundas implicações sociais e econômicas. Diante dessa problemática, torna-se urgente a organização de movimentos de resistência e suporte comunitário. Na ausência de grupos sociais organizados para combater os despejos enquanto mecanismos de expulsão e banimento racial, é imprescindível fomentar o engajamento, a formação de lideranças e organizações comunitárias, e a criação de redes de apoio. Essas

ações visam construir infraestruturas de resistência e solidariedade, fortalecendo a luta popular por justiça habitacional.

Nesse contexto, o projeto de pesquisa, ensino e extensão Indy Housing Project (Projeto Moradia em Indy) foi concebido para oferecer conhecimento, recursos e apoio ao fortalecimento dessas lutas em Indianápolis. Com foco na defesa da justiça habitacional, o projeto busca capacitar e empoderar inquilinos e pessoas em situação de rua na luta por moradia digna, acessível e permanente como um direito humano. Para alcançar esses objetivos, o projeto adota essas três frentes de atuação para promover a criação de conhecimento, ferramentas e espaços que centralizem e apoiem essas comunidades de forma direta e indireta. Estratégias como contação de histórias, disponibilização de recursos gratuitos online, produção de conhecimento acessível e realização de workshops de empoderamento têm sido implementadas.

Embora tais estratégias tenham sido eficazes em disseminar a realidade dos despejos e fornecer ferramentas essenciais aos inquilinos, elas apresentam limitações. Este artigo reflete sobre o processo de desenvolvimento do projeto, suas estratégias, conquistas e desafios, buscando delinear caminhos alternativos para o empoderamento e a luta coletiva de inquilinos em Indianápolis. Por fim, apresento uma reflexão sobre como as lutas por moradia do Sul Global, e especialmente do Brasil, podem diretamente informar as lutas de inquilinos nos Estados Unidos

MORADIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA ASSESSORIA TÉCNICA À COMUNIDADE HORTO FLORESTAL NO RIO DE JANEIRO E DESAFIO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (2021 A 2024):

Tatiana Terry

DAU/PUC-Rio | tatiana.terry@puc-rio.br

Maíra Martins

PPGARq/PUC-Rio | maira_martins@puc-rio.br

Rachel Coutinho Marques da Silva

PPGARq/PUC-Rio e PROURB/UFRJ | rachelcms@puc-rio.br

Fernando Minto

DAU/PUC-Rio e DAU/UERJ | fminto@gmail.com

A luta pelo direito à moradia enfrentada pelos moradores da comunidade do Horto Florestal decorre de um imbróglgio fundiário em terras da União, que ganhou destaque há cerca de quarenta anos. A comunidade foi formada ao longo de diferentes ciclos econômicos, desde o período rural escravocrata, passando pela criação de um "jardim de aclimação" ou Jardim Botânico pela família real no início do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, a região se desenvolveu como um subúrbio operário, com a implantação de algumas indústrias têxteis que depois foram desativadas à medida que a região se valorizava para a expansão imobiliária viabilizada pela extensão das linhas de bonde, valorizando a terra e gerando estratificação social e espacial. As 621 famílias da Comunidade do Horto Florestal são descendentes de

funcionários das antigas fábricas ali presentes e do próprio Jardim Botânico. As famílias se estabeleceram com apoio dessas instituições, a fim de ficarem próximas ao local de trabalho, obtendo para isso autorização formal ou informal.

Apesar da estreita relação mantida com o Jardim Botânico durante todo esse tempo, na década de 1980 a União buscou reintegrar a posse do local, alegando que a área cedida aos ex-funcionários para residência tinha natureza pública e que o Jardim Botânico precisava se expandir. Desde então, a luta pela permanência das famílias no território registrou avanços e retrocessos, até que, em 2018, o processo de remoção se intensificou quando o IPJB passou a mover ações individuais de reintegração de posse contra as famílias. Em 2021, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio foi procurado pela Associação de Moradores (AMAHOR) para apoiá-los na luta contra a remoção. Esse contato viabilizou o Projeto Horta – Regularização, Memória e Resistência pelo Direito à Moradia, realizado por meio da conquista de um edital ATHIS do CAU-RJ. Esse projeto marcou o início de um processo colaborativo extensionista, que envolve diferentes departamentos dentro da Universidade e se mantém até hoje.

O trabalho se propõe a discutir os meandros das atividades extensionistas dentro do território, refletindo sobre a importância de sua continuidade por um determinado período de tempo e da sua flexibilidade para acomodar mudanças que surgem, sejam elas de ordem político-administrativa, em relação às organizações associativas locais e seus rearranjos, ou à incorporação de novos atores, com eventuais mudanças de posição por parte deles. Também será discutido o impacto das mudanças climáticas, hoje muito mais visíveis e compreendidas pela população.

ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL ENQUANTO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Daniel Marostegan e Carneiro

RAU + E/UFBA | danielmarostegan@gmail.com

A Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA) vem desenvolvendo ações de assessoria e assistência técnica, enquanto projetos de extensão universitária, junto a territórios populares de Salvador e Região Metropolitana, em interação direta com movimentos sociais e grupos populares organizados. Os trabalhos envolvem diferentes escalas territoriais e de interação comunitária, o que desdobra uma diversidade de ferramentas metodológicas de participação social, dedicadas à troca, disseminação e consolidação de produtos técnicos direcionados a fortalecer a luta popular na disputa pela terra e pela moradia.

A realização destas atividades de extensão tem como objetivos simultâneos, por um lado, qualificar a formação através da interação direta com as realidades dos territórios populares, e por outro, fortalecer a luta dos grupos populares organizados, qualificando os discursos e propostas na coprodução de um conhecimento técnico, político e comunitário. As atividades

de assessoria e assistência técnica desenvolvidas pela residência tem como premissa geral o reconhecimento e o fortalecimento da organização comunitária existente, levando em conta que as interações e as trocas entre conhecimentos populares e acadêmicos desenvolvidos durante a residência se configuram como um período de tempo restrito, perante o histórico prévio e posterior da luta desenvolvida em cada território.

Embora essas interações com os territórios populares contribuam na luta dos movimentos sociais e grupos organizados, os processos de assessoria e assistência técnica demonstram limitações evidentes, já que acabam sendo mais contundentes nos avanços junto às instituições públicas, governos e o sistema judiciário, que na maior parte das vezes são agentes com baixa incidência no dia a dia dos territórios. Nesse sentido, o ferramental técnico, político e social que somos capazes de articular, parecem gerar resultados razoavelmente potentes para as interações oficiais das disputas territoriais, mas tem alcançado pouco ou quase nenhum efeito prático nas disputas cotidianas em que tais territórios estão inseridos, envolvendo diferentes camadas de violência que articulam facções do tráfico de drogas, empreendimentos imobiliários e grupos milicianos.

Tal constatação demonstra que os desafios que estão dados nos territórios envolvem um matiz muito mais amplo e complexo de questões, com as quais muitas vezes as ações de assessoria e assistência técnica pouco conseguem interagir. Constatação que aponta para a necessidade de reformulação crítica das práticas e das perspectivas de participação em disputas territoriais cada vez mais complexas.